



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Potencialidades da mídia não hegemônica nas dinâmicas urbanas

V 11 | n 20 | jan-jun 2022

A experiência urbana no jornalismo independente: entre conceitos e práticas

Míriam Santini de Abreu



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauui.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

ABREU, Míriam Santini de. A experiência urbana no jornalismo independente: entre conceitos e práticas. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 30-49, jan-jun 2022. Semestral.

© NAUI

A experiência urbana no jornalismo independente: entre conceitos e práticas

Míriam Santini de Abreu¹

Resumo

O artigo examina como a experiência urbana aparece no jornalismo independente a partir de reflexões da antropologia urbana e da teoria da produção do espaço. Analisam-se textos do portal *Floripa Centro*, de Florianópolis (SC), e do *Sul21*, de Porto Alegre (RS). Constata-se que, cada um a seu modo, os dois veículos visibilizam a tensão entre o concebido e o vivido no espaço urbano, na perspectiva do desvendamento da alienação.

Palavras-chave: jornalismo independente; produção do espaço; antropologia urbana

Abstract

The article examines how urban experience appears in independent journalism based on reflections on urban anthropology and the theory of space production. Texts from the website *Floripa Centro*, in Florianópolis (SC), and *Sul21*, in Porto Alegre (RS), are analyzed. It appears that, each in its own way, the two vehicles make visible the tension between the conceived and the perceived in the urban space, from the perspective of the unveiling of alienation.

Keywords: independent journalism; production of space; urban anthropology.

¹ Jornalista e doutora em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2019). Tem mestrado em Geografia pela UFSC (2003), especialização em Educação e Meio Ambiente pela UDESC (2001) e graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS, 1994). Autora do livro “Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável” (EdUFSC, 2006) e organizadora do livro “A rebelião do vivido no jornalismo independente de Florianópolis” (Letra Editorial; Pobres & Nojentas, 2020). E-mail: misabreu@yahoo.com.br.

Introdução

O artigo examina como a experiência urbana aparece no jornalismo na perspectiva da produção do espaço. Analisam-se textos do portal *Floripa Centro*, de Florianópolis (SC), e o *Sul21*, de Porto Alegre (RS). Ambos se enquadram no que tem sido chamado de novos *arranjos jornalísticos* ou novas *experiências de jornalismo* e se configuram como nativos digitais, ou seja, já nasceram tendo como suporte o meio digital².

Do ponto de vista do jornalismo, este artigo toma o papel da imprensa tradicional/hegemônica como o de manutenção da ordem social e, em contrapartida, o da imprensa independente/alternativa/contra-hegemônica como o de crítica a esta ordem para a construção de outro modo de organização social.

Como se verá mais adiante, porém, as formas de nomear os novos arranjos ou experiências de jornalismo são inúmeras e as pesquisas mostram que a imprensa independente/alternativa/contra-hegemônica pode, muitas vezes, reproduzir rotinas de trabalho e de fazer jornalísticos muito semelhantes às da imprensa tradicional/hegemônica. Mas toma-se como pressuposto que a imprensa independente/alternativa/contra-hegemônica tem mais potencial do que a tradicional/hegemônica para, pelo jornalismo, produzir conhecimento capaz de elucidar criticamente a experiência vivida no espaço.

É nesta perspectiva que o artigo adota, doravante, a expressão *jornalismo independente*. Do ponto de vista da antropologia, o artigo traz reflexões nascidas no âmbito da antropologia urbana, entre elas a de experiência urbana (MAGNANI, 2002; 2009), aqui pensada a partir do marco teórico de produção do espaço.

A produção do espaço

A vida cotidiana, na perspectiva de H. Lefebvre³, é um produto histórico e social. Mesmo os acontecimentos mais triviais aparecem sob um duplo aspecto: 1) fatos pequenos, individuais, acidentais; 2) fatos sociais infinitamente complexos e mais ricos que as essências múltiplas que contêm e encobrem. Essa dupla perspectiva relaciona-se com a produção do espaço e, para o

² Referências teóricas deste artigo compõem parte da tese de doutorado intitulada “Espaço e cotidiano no jornalismo: crítica da cobertura da imprensa sobre ocupações urbanas em Florianópolis”, orientada pela Profa. Dra. Gislene Silva e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2019.

³ As traduções foram feitas pela autora do artigo.

autor, o espaço (social) é um produto (social). Cada sociedade produz seu espaço no processo histórico da produção social e, assim, o espaço e o tempo são históricos. O espaço é a inscrição no mundo de um tempo (LEFEBVRE, 1978, p. 211). Ele serve tanto de instrumento do pensamento como da ação e, simultaneamente, constitui um meio de produção, um meio de controle e, em consequência, um meio de dominação e de poder (LEFEBVRE, 2013, p. 86). Na obra de Lefebvre, a explicação de como o espaço é produzido se dá pela interconexão de três dimensões ou três níveis do real: o *percebido*, o *concebido* e o *vivido*, articulados, respectivamente, às *práticas espaciais*, às *representações do espaço* e aos *espaços de representação*. A concepção tríade de Lefebvre abarca o conflito social pela apropriação do espaço urbano, onde o homem, no espaço vivido, busca subverter e reinventar o cotidiano.

Para melhor explicar os três momentos do espaço, Lefebvre afirma que a prática social supõe um uso do corpo: “[...] o emprego das mãos, dos membros, dos órgãos sensoriais e dos gestos do trabalho e das atividades alheias a este. Trata-se da esfera do *percebido* (base prática da percepção do mundo exterior, no sentido psicológico)” (LEFEBVRE, 2013, p. 99, com grifo no original).

As representações do espaço, por sua vez, estariam penetradas de um saber, mescla de conhecimento e ideologia, sempre relativo e em transformação. Esse, afirma Lefebvre, é o espaço dos planejadores, dos tecnocratas, dos urbanistas, dos arquitetos, dos administradores. É ou quer ser o espaço dominante, cujo objetivo é hegemonizar os espaços percebidos e vividos mediante aquilo que Lefebvre chama “sistemas de signos elaborados intelectualmente”, isto é, mediante discursos (descrições, teorias, mapas, fotos, plantas...).

Já o espaço de representação é penetrado pelo imaginário e o simbolismo, espaço que se vive e se fala: “Contém os lugares da paixão e da ação, o das situações vividas e, por consequência, implica imediatamente o tempo” (LEFEBVRE, 2013, p. 100). Nos espaços de representação, afirma Lefebvre, podemos encontrar expressões de submissão a códigos impostos a partir dos poderes, mas também expressões do lado clandestino ou subterrâneo da vida social. É o espaço qualitativo das submissões às representações dominantes do espaço, mas também onde se bebem e se inspiram as deserções e desobediências. Certamente há uma tensão constante entre estes três espaços, com os experts do espaço concebido continuamente buscando domar o espaço vivido do cotidiano.

O corpo e o elemento lúdico são centrais na obra de Lefebvre. Ao abordar a ideia da insurreição do uso na obra do pensador francês, Seabra afirma que, no processo de

desenvolvimento da forma da mercadoria, tanto os elementos de ordem material existentes no mundo quanto o próprio homem entram no processo de valorização, mas a energia vital, o homem como espontaneidade, mesmo tendendo a recuar à proporção que cresce a artificialidade do mundo, não desaparece, e sim se reelabora (SEABRA, 1996, p. 74). E é no vivido, segundo a autora, que a natureza aparece e transparece como corpo, como uso: “É nesse nível que o prazer, o sonho, o desejo se debatem, e que os sentidos da existência propriamente humana, não se deixando aniquilar, podem se insurgir” (SEABRA, 1996, p. 75).

Quando escreveu sua obra mais conhecida, *O direito à cidade*, em 1968, Lefebvre afirmou que a vida urbana, de fato, em sua complexidade potencial de Obra, e não Produto, ainda não havia começado⁴. Para isso, era preciso o esforço na direção de uma nova práxis e de um novo homem, o homem da sociedade urbana, “(...) polivalente, polissensorial, capaz de relações complexas e transparentes com o mundo (o meio e ele mesmo)” (LEFEBVRE, 1991, p. 106). O urbanismo, constata o autor, como conhecimento e ideologia, deteriorou ou destruiu o elemento lúdico inerente à vida social espontânea, estancando assim a imaginação criadora (LEFEBVRE, 1978, p. 182). O caminho oposto, aponta, é o da construção de uma vida urbana como Obra coletiva.

Nesta direção, e para concretizá-la, Lefebvre faz uma distinção importante entre *apropriação* e *dominação*, ou *espaços apropriados* e *espaços dominados*. O espaço dominado pode ser exemplificado por espaços naturais transformados por uma técnica ou uma prática, como as auto-estradas, a arquitetura militar, os trabalhos de diques e de irrigação: “O espaço dominado é geralmente fechado, esterilizado, vazio. Seu conceito só adquire sentido ao ser contrastado com o conceito oposto e inseparável de apropriação” (LEFEBVRE, 2013, p. 213). As forças armadas, a guerra, o Estado e o poder político, diz o autor, têm importante papel no aumento da dominação. Já o espaço apropriado é aquele modificado para servir às necessidades e às possibilidades de um grupo:

Um espaço *apropriado* assemelha-se a uma obra de arte, que não é o mesmo que dizer que seja um simulacro. Frequentemente, trata-se de uma construção, de um monumento ou de uma edificação, mas nem sempre é assim: um sítio, uma praça ou uma rua podem ser perfeitamente considerados como espaços “apropriados”. Tais espaços abundam certamente, mas nem sempre é fácil estimar em que sentido, como

⁴ Lefebvre assinala que o conceito de obra foi elaborado entre os filósofos. Em Marx, “(...) o conceito central de produção se desdobra em produção do homem social por si mesmo (obras) e produção econômica propriamente dita (produtos)” (LEFEBVRE, 1969, p. 135).

e para quem foram “apropriados” (LEFEBVRE, 2013, p. 213-4). [Com grifo no original]

Segundo Lefebvre, a oposição “dominado-apropriado” não se limita a um contraste discursivo. Ela implica um conflito que se desenvolve até a vitória de um dos termos em luta: a dominação subjugando a apropriação, mas não o suficiente para que a última desapareça: “Ao contrário: a prática e o pensamento teórico proclamam sua importância e reclamam sua restituição” (LEFEBVRE, 2013, p. 214). Para Lefebvre, o campo desta disputa é o cotidiano, espaço-tempo onde, diante das coerções do espaço concebido, o espaço dos tecnocratas, pode se dar a “rebelião do vivido” (LEFEBVRE, 1999, p. 164).

A teoria lefebvriana aqui sucintamente resumida fornece o quadro teórico para compreender e transformar esse espaço social complexo, realidade carregada de conflitos que o jornalismo capta e pode ou não iluminar a complexidade da experiência urbana.

Nomeando o jornalismo

De modo geral, quando aqui se menciona a imprensa/jornalismo tradicional, também chamada de convencional, faz-se referência a esse conjunto, no Brasil, de 50 meios de comunicação de quatro segmentos (tevê, rádio, impressos e portais na internet) com a seguinte propriedade: 9 do Grupo Globo, 5 do Grupo Bandeirantes, 5 da família Macedo (considerando o Grupo Record e os veículos da Igreja Universal do Reino de Deus, ambos do mesmo dono), 4 da RBS e 3 do Grupo Folha (MOM Brasil, 2017).

A referência aos veículos operários e populares e à imprensa/jornalismo independente, por sua vez, tem contornos mais complexos, não só pela variada nomenclatura e conceitos a eles associados como também pelo grande número de veículos que proliferam no País sob distintas formas de organização e financiamento, principalmente no suporte digital⁵. Usa-se também o termo mídia/imprensa/jornalismo alternativo, mas sobre ele Peruzzo faz considerações relevantes:

Com o passar do tempo, a uso do termo “alternativo” para qualificar uma modalidade de comunicação foi se tornando mais complicado, porque seu significado, diante das

⁵ Há inúmeras pesquisas que investigam o tema, sendo uma delas o trabalho de Silva (2017), que mapeia 30 iniciativas criadas entre 2013 e 2015 no Brasil, por ela denominadas *novas experiências de jornalismo*. Segundo a autora, as expressões geralmente aplicadas a esse tipo de iniciativa – jornalismo independente, jornalismo alternativo, mídia radical, mídia contra-hegemônica – não dão conta de toda a variedade de propostas que compõem esse quadro atualmente.

diferentes práticas que foram surgindo, não é unívoco. Ele tanto pode se referir a jornais e outros canais comunicativos independentes – orgânicos ou não a movimentos sociais e organizações congêneres – como a publicações alternativas elaboradas por segmentos da pequena burguesia e vendidas em bancas, ou à comunicação popular e comunitária, propriamente dita, e ainda àquela produzida por segmentos combativos da oposição sindical (PERUZZO, 2009, p. 132-3).

A autora distingue especificidades, como as da *comunicação* alternativa e da *imprensa* alternativa, esta, em relação àquela, reunindo processos de comunicação basicamente jornalísticos. Pelas características de alguns segmentos da imprensa alternativa, a autora os agrupa em: jornalismo popular alternativo (ou de base popular); jornalismo alternativo colaborativo (de informação geral ou especializada); jornalismo alternativo autônomo; jornalismo político-partidário; jornalismo sindical (PERUZZO, 2009, p. 140-1). Carvalho e Bronosky (2017) consideram como alternativo, em um sentido mais amplo, toda a produção noticiosa que não tem o lucro como primeiro objetivo, devendo ser orientada pelo profissionalismo, com temáticas, fontes, abordagens e conteúdos diferentes dos de veículos convencionais e ligados à cultura popular.

No Brasil, mostra pesquisa de Kucinski (2003), a denominação *imprensa alternativa* ou *imprensa nanica* é historicamente associada aos cerca de 150 periódicos que circularam entre 1964 e 1980 no País, tendo como traço comum a oposição ao regime militar e ao discurso oficial. O radical *alternativa* continha quatro significados essenciais dessa imprensa: não estar ligada a políticas dominantes; ser uma opção entre duas coisas excludentes; o de ser única saída para uma situação difícil; o de protagonizar as transformações sociais que as gerações dos anos 1960/70 pregavam (KUCINSKI, 2003, p. 13).

Em anos mais recentes, outros conceitos foram desenvolvidos, em especial o de mídia/jornalismo contra-hegemônico em oposição ao jornalismo hegemônico (tradicional), proposto a partir da discussão da hegemonia de A. Gramsci. Na tradição marxista, a expressão *contra-hegemonia* é usada para se referir à hegemonia da classe trabalhadora ou, mais precisamente, ao processo de combate à hegemonia burguesa (GUIMARÃES, 2015, p. 218). O conceito aparece em diversas passagens da obra do autor italiano e uma das definições é a seguinte:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação de força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os

quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2007, p. 95).

Na obra de Gramsci, a imprensa é tomada como um aparelho privado de hegemonia, assim como sindicatos e associações, partidos políticos, escolas e igreja, todos eles tendo como característica atuar fora do espaço reconhecido publicamente como do Estado, mas ainda assim parte integrante das relações de poder de uma determinada sociedade.

É a partir da perspectiva gramsciana que Guimarães (2015) critica o jornalismo hegemônico e aponta caminhos para o contra-hegemônico. A tese desta autora traz uma discussão profunda, erodindo as bases de sustentação do moderno jornalismo para mostrar como o jornalismo contra-hegemônico pode constituir uma prática efetivamente a serviço da emancipação humana. Para o enfrentamento da hegemonia no campo da imprensa, Guimarães sugere ao jornalismo que se pretende contra-hegemônico um deslocamento necessário na *função* do jornalismo: 1) do esclarecimento para a construção da *consciência*, e 2) da mudança do *sujeito* para quem essa prática deve se voltar, movendo-se do *indivíduo* para a *classe* (2015, p. 231). A autora estabelece diferenças entre iniciativas jornalísticas ditas alternativas e práticas efetivamente contra-hegemônicas:

(...) insistimos na importância de se distinguirem – nas práticas e nas instituições, no discurso e na organicidade – os projetos e iniciativas que se arvoram na disputa de hegemonia daqueles que se encerram nos limites críticos da imprensa pequeno-burguesa, que apesar de “alternativa” ao discurso único produzido pelos grandes meios massivos, e a despeito do importante trabalho de contrainformação que pode promover em alguns momentos, está presa no seu próprio horizonte de classe (GUIMARÃES, 2015, p. 323).

A tese de Guimarães apresenta uma série de elementos que caracterizariam um jornalismo efetivamente contra-hegemônico, construído organicamente pela e para a classe trabalhadora⁶, indicando como função primordial dele pensar a realidade em sua totalidade, no esforço “(...)

⁶ A discussão sobre classe na perspectiva de Marx é devidamente circunscrita pela autora: “Ao falarmos de pertencimento de classe, sob nenhuma hipótese estamos pensando na construção de veículos e de uma prática jornalística que sejam voltados apenas para aqueles que compartilham um mesmo ‘referencial teórico e político’. Não se trata, portanto, de pensar a classe apenas como público, mas sim como fenômeno objetivo – anterior e independente de qualquer tática ou estratégia no campo da comunicação – e como horizonte de construção coletiva. Em outras palavras, significa, primeiro, orientar a ação prática a partir de uma concepção teórica que reconhece que a sociedade atual, capitalista, é fundada e sobrevive sob uma divisão estrutural entre dois ‘grupos’ fundamentais: os que detêm os meios de produção e os que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver. Esse é o ponto de partida. Já o ‘horizonte’ de chegada é o autorreconhecimento desse coletivo de trabalhadores que, embora seja *objetivamente* uma classe, está na maior parte do tempo impedido de *agir conscientemente* como classe” (GUIMARÃES, 2015, p. 230). [Com grifos no original]

de *desideologização*, de *desvelamento*, daquilo que, de outro lado, no contexto do capitalismo, encontra-se nublado e invertido” (GUIMARÃES, 2015, p. 23, com grifos no original). A crítica da autora centra-se no conjunto de princípios, técnicas e orientações éticas que conformaram o modo de se fazer jornalismo legitimado como prática social e profissional. Na base deste fazer estão a concepção de objetividade e a ideia de atualidade, que Guimarães explora criticamente com uma análise documental de manuais técnicos publicados pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP). A partir do estudo da obra de Gramsci, a autora mostra que ao jornalismo contra-hegemônico cabe dar unidade e coerência ao que, no jornalismo hegemônico, aparece fragmentado e caótico, enfrentando assim a heterogeneidade própria do cotidiano. Como desdobramentos práticos, deve haver um esforço para desnaturalizar a categorização do que é noticiado e dos temas tratados, “(...) entendendo que a inserção em editoriais, por exemplo, muito mais do que uma classificação técnica, é já uma primeira chave de organização e direção do conteúdo do jornal” (GUIMARÃES, 2015, p. 313). Outro desdobramento é assim explicado:

A segunda questão de ordem prática que a necessidade de unidade e coerência interna ao jornal suscita é sobre o que se compreende como expressão das lutas sociais concretas nas páginas de cada veículo. De forma clara, um jornal que se coloca na luta de hegemonia, no sentido gramsciano, tem papel ativo de mediador e organizador, de modo que não pode se conformar como uma simples reunião de matérias produzidas pelos diversos movimentos e instituições que o apoiam, sem que isso componha um desenho editorial unitário, selecionado, organizado e editado por um órgão centralizador. Assim, a orientação de Gramsci que aqui estamos discutindo parece ser, inclusive, a principal diferença entre um veículo que se proponha a ser um *projeto contra-hegemônico* e o espaço de crítica, por exemplo, das redes sociais – que é múltiplo, informativo, rico e democrático, mas ‘passivo’ em relação ao caráter fragmentário tanto do cotidiano reificado quanto das lutas que se travam na realidade concreta (GUIMARÃES, 2015, p. 313-14). [Com grifos no original]

Da densa pesquisa de Guimarães, o que principalmente se retém é o entendimento de que a função contra-hegemônica possível de ser exercida por uma imprensa que se quer alternativa é o esforço de fazer aflorarem as contradições, desvelar a ideologia, expor aquilo que, de outro lado, no contexto do capitalismo, encontra-se nublado e invertido, contribuindo assim para a desalienação do (no) cotidiano, não se limitando à denúncia da manipulação promovida pelo jornalismo hegemônico. O homem total, afirma Lefebvre, é o homem desalienado, e o fim da alienação humana será a volta do homem a si mesmo, a unidade de todos os elementos do humano (LEFEBVRE, 1971, p. 179). É esse o caminho que aponta o desvelamento da ideologia e que deve guiar uma imprensa efetivamente contra-hegemônica.

É nessa direção que caminha a obra de Adelmo Genro Filho, que propôs, nos anos 1980, uma teoria marxista do jornalismo e para quem esse é o papel do jornalismo, hegemônico ou contra-hegemônico, quando esse fazer, impregnado de sua potencialidade, está direcionado para a consumação da liberdade humana. Genro Filho afirma que, para pensar e atuar efetivamente como sujeito individual e social no interior do gênero humano, tornar-se uma “pessoa”, conforme a acepção dada por G. Lukács, “(...) o homem precisa viver amplamente, e não apenas através das mediações particulares e universais da arte e da ciência, a totalidade do mundo humano pelas determinações significativas do singular” (GENRO FILHO, 1989, p. 221). E o repositório do singular (aqui pensado como o único, o irrepetível), onde se cristaliza a forma de conhecimento característica do jornalismo na teoria adelmiana, é o cotidiano.

Nessa perspectiva, é possível perceber um fazer jornalístico hegemônico dentro de um veículo não hegemônico e, também, um fazer jornalístico contra-hegemônico dentro de um veículo hegemônico, no escasso, afirma Genro Filho, porém significativo espaço individual dos repórteres e redatores em relação às editorias e das redações no seu conjunto frente a diretores e proprietários. Mesmo veículos que não se apresentam como contra-hegemônicos, e sim como alternativos e/ou independentes, também podem, em maior ou menor grau, fazer aflorarem as contradições da experiência urbana.

Em Santa Catarina, a pesquisa mais recente sobre os denominados arranjos econômicos de jornalismo alternativos às grandes corporações de mídia revela que, dos 20 arranjos pesquisados, 19 se autodeclararam produtores de jornalismo e 1 como mídia livre, e 30% consideram-se coletivos de jornalismo (KIKUTI et al., 2021, p. 14). Treze dos 20 arranjos (65%) mencionam algum termo associado à independência em suas autodefinições, seja como “jornalismo independente” ou “mídia independente” (KIKUTI et al., 2021, p. 21). A análise dos 20 arranjos permite dividi-los em três tipos ideais correspondentes a três concepções distintas de jornalismo que coexistem na sociedade e no grupo profissional:

como negócio (associado às finalidades de prestar serviço ou infotimento, por exemplo), como apoio a causa ou estratégia (cumprindo os papéis de agente cívico ou leal-facilitador) e como serviço público (tanto como fiscal dos poderosos quanto como discurso imparcial). (KIKUTI et al., 2021, p. 30).

No Rio Grande do Sul, levantamento de Martinez e Bonito (2019) localizou cinco iniciativas de jornalismo independente, especificamente em Porto Alegre, usando como base a

pesquisa feita pela Agência Pública, estando entre eles o *Sul21*⁷. A partir dessas considerações é que serão analisados a seguir o *Floripa Centro*, de Florianópolis (SC) e o *Sul21*, de Porto Alegre (RS).

Portal de Notícias *Floripa Centro*

Criado em 15 de maio de 2019, o Portal de Notícias *Floripa Centro* apresenta-se como “um portal especializado em resgatar a memória de Florianópolis e abordar assuntos do cotidiano da região central da Capital” (APOIE... 2021). A apresentação aparece em uma notícia sobre o início de campanha de financiamento coletivo do portal por meio de plataforma virtual. No link “Quem somos” no site, o jornalista responsável pelo portal, Billy Culleton, apresenta uma breve biografia de quatro linhas e, ao final do texto, o seguinte: “Apaixonado pelo Centro da cidade, onde vive há mais de 20 anos, está realizando o sonho de disponibilizar um portal com as novidades do bairro” (QUEM... 2021). Não há, portanto, auto-definição no site que enquadre o portal em designações como alternativo ou independente⁸. Sem se ater a um conceito para expressar o trabalho que faz, o *Floripa Centro* é um portal de notícias singular em Santa Catarina pelo enlace entre memória e cotidiano para abordar a experiência urbana.

A notícia sobre a campanha de financiamento coletivo informa que, em dois anos, “(...) já foram publicadas mais de 800 matérias jornalísticas, sendo 100 delas, reportagens históricas, que podem ser acessadas na seção ‘Histórias do Centro’” (APOIE... 2021). Esse conjunto de matérias levou o jornalista a lançar o projeto “Histórias inéditas da Florianópolis antiga”, que “busca resgatar a memória da capital catarinense, por meio de reportagens jornalísticas” (QUATRO..., 2020). A série é composta por quatro e-books, com cinco histórias cada um, divididos por época: 1800-1900, 1900-1920, 1920-1940 e 1940-1960:

As obras contam com o apoio da Fundação Catarinense de Cultura e estão disponíveis para ler e serem baixadas.

⁷ A Agência Pública criou um mapa interativo do que nomeou jornalismo independente brasileiro, chegando a reunir cerca de 100 veículos, com base nos seguintes critérios: 1) Organizações que produzem primordialmente conteúdo jornalístico; 2) Organizações que nasceram na rede; 3) Projetos coletivos, que não se resumem a blogs; 4) Sites não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas (Agência Pública, 2016).

⁸ Na pesquisa sobre os denominados arranjos econômicos de jornalismo alternativos às grandes corporações de mídia no estado de Santa Catarina, consta que, no questionário específico aplicado para a pesquisa, o jornalista Billy Culleton definiu o portal como “jornalismo alternativo”.

Os textos, que foram publicados originalmente no *Portal Floripa Centro*, mostram fatos que marcaram a Capital, seja pela sua relevância histórica mais formal ou pelo significado cultural e folclórico para os florianopolitanos.

São fatos chamativos que estão guardados apenas na lembrança das pessoas que os vivenciaram, ou em jornais antigos e livros de História, e que correm o risco de serem condenados ao esquecimento por falta de divulgação. (QUATRO..., 2020). [Com grifo no original]

Cita-se um exemplo de texto divulgado no portal e posteriormente em e-book, neste caso o de número 4, que abrange o período de 1940 a 1960, intitulado “A história do comércio contada pelos bancos da Praça XV – Conheça cada estabelecimento”.

Esse texto traz três elementos importantes: 1) a forma de limpeza adotada pela prefeitura está apagando as inscrições nos bancos; 2) moradores conhecidos na cidade auxiliaram o jornalista a contar a história de cada estabelecimento cujo nome está inscrito nos bancos; 3) a história dos estabelecimentos liga-se a moradores ou práticas do cotidiano da cidade.

A escrita enlaça as informações de um modo que faz daqueles bancos palimpsestos de uma cidade que muda e “apaga” os vestígios do passado ainda vívido entre os que conheciam os antigos comércios:

Parte da história de Florianópolis nas décadas de 1950 e 1960 está ao alcance da população, no coração da cidade: na Praça XV de Novembro.

Os 35 bancos de granito do entorno da velha figueira trazem os nomes dos comércios mais tradicionais da cidade, naquela época.

A grande maioria não resistiu à modernidade e fechou as portas há mais de 40 anos.

As letras foram se apagando lentamente com o passar dos anos.

Mas, nos últimos tempos, estão desaparecendo com mais rapidez por causa da limpeza com hidrojato, feita periodicamente pela prefeitura municipal.

A variedade de estabelecimentos é grande: desde instituições financeiras e concessionárias de veículos até padarias e lojas de roupas.

Com a ajuda de tradicionais florianopolitanos como Nivaldo Machado, Esperidião Amin, Rodolfo Cerny e Manoel Timóteo de Oliveira, além de pesquisa na internet e livros, o *Floripa Centro* conseguiu resgatar a história de cada um dos estabelecimentos, eternizados nos bancos existentes na mais famosa praça da Capital. [...]

Galeria das Sedas: comércio de roupas femininas, na Rua Trajano, 9, pertencente ao casal Benta Cherem Barbato e Jorge Barbato, este último um dos mais tradicionais ‘senadores’ do Senadinho, confraria que se reunia na esquina das ruas Felipe Schmidt e Trajano. (A HISTÓRIA..., 15 mai. 2020).

Além do texto impresso, acompanhado de fotografias de cada banco, o jornalista também produziu um vídeo no qual filma cada banco informando o nome nele escrito, contornando toda a praça. Cabe destacar que Billy se locomove de bicicleta pelas ruas de Florianópolis atrás de pautas que irão gerar as notícias e reportagens do portal. É uma expressão, no fazer jornalístico,

que evoca a experiência etnográfica de primeira impressão descrita por MAGNANI (2009) em artigo sobre a etnografia como prática e experiência.

É importante ressaltar uma característica do portal: os textos são curtos, de 4, 5 parágrafos de 3, 4 linhas, muitas vezes com trechos de jornais impressos na época à qual o fato se refere. Não há notícias e reportagens longas, de mais de 10, 15 parágrafos. A marca do jornalista do *Floripa Centro* é o olhar, é perceber, no cotidiano do Centro de Florianópolis, rotinas, ritmos, momentos, pessoas que não compõem o rol de interesse da cobertura jornalística de outros veículos.

É um fazer que acolhe, no jornalismo, o “leque das experiências urbanas”, no dizer de Magnani (2002, p. 16), em artigo no qual o autor analisa o método etnográfico sobre a cidade e sua dinâmica, propondo resgatar um olhar de “perto e de dentro”, capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques que o autor qualifica como “de fora e de longe” (2002, p. 17).

Um indicador do rico acervo do *Floripa Centro* sobre a experiência urbana em Florianópolis aparece, por exemplo, no resultado de busca da palavra “rua”: são 419 resultados encontrados em 24 de outubro de 2021, lembrando que o site foi lançado em maio de 2019. Uma delas, por exemplo, postada em 21 de outubro de 2020, tem o seguinte título: “Em Florianópolis – Primeira rua calçada de Santa Catarina completa 175 anos” (EM FLORIANÓPOLIS..., 21 out. 2020). Outra, postada em 12 de outubro de 2021, intitulada “Relíquias – Salvem os últimos dois ‘orelhões’ da região central de Florianópolis”, aborda o desaparecimento progressivo dos telefones públicos: “Com o passar do tempo, os (antigamente) queridos ‘orelhões’, que foram imprescindíveis desde 1970 até o final da década de 1990, sumiram da paisagem urbana” (RELÍQUIAS..., 12 out. 2021).

Outro destaque do portal são os chamados “Personagens do Centro”, textos que abordam a vida de pessoas conhecidas na região. Um exemplo, publicado em 20 de agosto de 2019, é intitulado “Personagens do Centro – Filho do ‘homem da cobra’ está há três décadas vendendo chás nas ruas da cidade”.

O texto, com 12 parágrafos curtos, abre assim:

Por quase 20 anos o Centro de Florianópolis contou com uma figura que despertava a curiosidade de quem passava pela Praça Fernando Machado: o famoso “homem da cobra”.

Entre 1985 e 2002, as performances do paraibano Pedro de Souza, que demoravam duas horas, mantinham a atenção do público com a promessa de mostrar alguns dos

bichos que ele guardava em caixas: duas cobras (uma jiboia e uma cascavel), um peixe-elétrico e um lagarto.

Enquanto contava histórias fantásticas e ameaçava apresentar os animais (o que efetivamente fazia no fim do ‘show’), o artista fazia propaganda de ervas e chás do Amazonas, que curariam todo tipo de doença.

E quem o acompanhava, e vendia os produtos, era o filho Sérgio.

Quando o “homem da cobra” morreu de infarto em 2002, aos 54 anos, Sérgio Mendonça Guedes decidiu seguir os passos do pai e continuou vendendo ervas e chás nas ruas do Centro, mas sem contar com a atração das cobras.

“Foi proibido pelos órgãos ambientais”, justifica ele, conhecido como Sérgio do Chá. (CULLETON, 20 ago. 2019).

O trecho enlaça a experiência urbana do filho vendedor de ervas e chás com a memória dos fazeres do pai, que usava animais para atrair a freguesia, prática não mais aceita pelas instituições com a consolidação, no País, das leis ambientais. Há nele, assim como em outros textos do portal, a tensão entre o vivido e o concebido, em que os corpos e seus fazeres e desejos experimentam momentos de apropriação da cidade ou precisam se submeter ao que planejam os grupos que querem dominá-la. Pode-se afirmar que o conjunto de textos do *Floripa Centro* traz o vivido na cidade através do percebido pelo próprio jornalista e pelas pessoas por ele escutadas, compondo um complexo mosaico atravessado também pelo concebido – a mescla de conhecimento e ideologia que busca hegemonizar os espaços e seus usos. Nesse sentido, o hidrojato da prefeitura apagando as inscrições nos bancos da praça é uma rica metáfora.

Sul 21

Lançado em 2010 e com sede em Porto Alegre (RS), o *Sul21* apresenta-se como “um site de notícias independente” com o objetivo de “produzir reportagens aprofundadas sobre temas relevantes e que nem sempre recebem espaço na mídia hegemônica”:

(...) procuramos fazer uma comunicação independente, de qualidade, não atrelada aos interesses de grandes grupos econômicos, dirigida à produção de pautas voltadas às comunidades locais, à defesa de seus direitos, aos empreendimentos de economia solidária e com responsabilidade ambiental, às lutas da sociedade em defesa da diversidade, dos direitos e liberdades, da proteção ambiental. (SOBRE, 2021)

As editorias do site são divididas em Notícias (Cultura, Economia, Educação, Entrevistas, Geral, Internacional, Meio Ambiente, Política e Saúde, com um link específico para notícias sobre o Coronavírus), Opinião e Especiais, além da Colméia, nome da rede de podcasts do *Sul21*. Na seção “Quem somos” aparecem nove profissionais. Para refletir sobre a relação entre a cidade e a experiência urbana no jornalismo do *Sul21*, o destaque são os chamados Especiais,

compostos até agora pela abordagem de cinco temas: Caminhos do Lixo, Cortes na Educação, Fim da Linha (sobre os problemas no transporte coletivo de Porto Alegre), Gentrificação e Que Porto é esse?, composto por reportagens que debatem as transformações em andamento na capital do estado.

O presente artigo analisa mais detidamente o conjunto de textos chamado de Gentrificação, formado por cinco reportagens publicadas em agosto de 2017 que abordam o processo histórico de expulsão das camadas mais vulneráveis para longe das áreas centrais de Porto Alegre. Esse contexto, que envolve o envio dos mais pobres a uma periferia cada vez mais distante, foi contado por pessoas que vivem a luta diária pelo pertencimento à cidade, constituindo o primeiro projeto editorial especial do *Sul21*.

No primeiro texto da série, intitulado “‘Extirparam o câncer’: o olhar de quem não se vê no direito de pertencer à cidade”, a relação entre o espaço percebido, o concebido e o vivido aparece na memória do cotidiano arrancado dos moradores quando, em 1965, houve a remoção forçada de um lugar para outro na cidade (do antigo bairro Ilhota para a hoje chamada Restinga, a 22 quilômetros do centro da capital), aquele um lugar pleno de experiências urbanas e de vizinhança, esse um deserto de barro vermelho:

A região do barro vermelho era exatamente o que o nome vendia: barro vermelho. Nem luz, nem água, nem comércio, nem hortas, nem indústria – nem trabalho. Não era uma vila, uma granja ou um loteamento. Era um deserto. (...)
A Restinga, em sua primeira década, não tinha coisa alguma. Tinha gente, e malocas. Os porto-alegrenses chamavam de “Favela da Ilhota”. Havia acabado a vantagem da condução fácil, da proximidade do centro. Acabada a vantagem do comércio camarada da zona, que fiava por semana e até por quinzena. Acabou a novela ouvida no rádio do vizinho, a consulta à Santa Casa, as visitas à feira. Água? Só de oito em oito dias nos primeiros anos, fornecida por caminhões-tanques que enchiam as pipas públicas. Em desespero, muitos moradores tentaram perfurar poços por conta própria. Falharam; só encontraram barro. (FLECK, 14 ago. 2017)

Em outro trecho, a memória de infância faz relação direta entre a casa e a rua, relativizando a miséria do cotidiano em face da possibilidade de encontrar, nas proximidades da moradia, os serviços públicos (problemas de saúde resolvidos no posto da vizinhança, inexistente no lugar onde foram forçados a morar):

“A vila era tida como maldita”, lembra Jairo. Ele fala de sua infância, das manhãs jogando futebol de meia com os vizinhos e das tardes descendo a Ipiranga – que ainda tinha seus solavancos horizontais – com carrinhos de rolimã construídos com caixas velhas. “E não tinha violência”. Ele olha os prédios em volta. 60 anos antes, a rua asfaltada e com pelo menos um condomínio cercado por quadra abrigava pelo menos

295 pessoas em 87 casas. Na Vila Ilhota (dentro do Complexo Ilhota), Jairo costumava sempre sair com os sapatos em baixo do braço para trabalhar ou ir à escola. “Sapato era caro; tinha que poupar do barral”. A casa em que morava com os três irmãos e a mãe permanecia içada por placas de madeira alguns centímetros do chão. A água ficava ali embaixo o ano todo. Ele e mais dois irmãos tiveram tuberculose. “Mas tinha o posto de saúde perto, então sempre ficava tudo bem”, conta. (FLECK, 14 ago. 2017)

O texto “Dique e Nazaré: ‘A ideia é expulsar e esconder. Por que temos que morar na periferia da periferia?’” aborda a mudança na vida dos moradores quando foi anunciado que Porto Alegre seria uma das cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014⁹. Para ampliar a pista do aeroporto e possibilitar mais obras, as famílias da Vila Dique e da Vila Nazaré foram removidas para lugares distantes de onde moravam. O espaço concebido pelos órgãos públicos, no caso a Prefeitura e a Infraero, ignorou o vivido – os usos e os percursos cotidianos dos moradores nas avenidas da cidade, fazendo da experiência urbana do deslocamento mais uma fonte de atrasos e precariedade. Mas o vivido se impôs, com as famílias abrindo uma passagem no muro que as confinou à comunidade para se reapropriar do acesso fechado:

O legado da Prefeitura e da Infraero: um muro de isolamento

A partir das primeiras remoções, a Infraero construiu um muro na área, bloqueando a passagem da Dique para a avenida Sertório. Sheila relata que isso também prejudicou muito a comunidade, obrigando as famílias a buscarem alternativas que lembram situações vividas nos territórios palestinos ocupados por Israel. “Ficamos sem acesso a Sertório, que era o nosso principal deslocamento, que vai para a Assis Brasil e pela qual íamos para o posto de saúde Floresta. Nestes últimos cinco anos, nós estamos sem posto de saúde e o poder público nem quer saber. Agora, para acessar o posto de saúde, o pessoal abriu um buraco no muro, por onde a gente passa. Primeiro passa o filho, depois passa a mãe, passa o pai, o cachorro, o papagaio, todo mundo passando por debaixo do muro pra acessar o posto. Caso contrário, temos que caminhar 10 quilômetros. O muro do aeroporto terminou com o nosso acesso. Esse é o legado que a Prefeitura e a Infraero nos deixaram”. (WEISSHEIMER, 14 ago. 2017)

A relação entre o espaço concebido e o espaço vivido também aparece no texto “‘Deserto de Torres’: como se vive e o que acontece quando a cidade se fecha em muros”, que relata as soluções que os moradores dão para a falta de serviços no entorno de um mega conjunto residencial em Porto Alegre, o Terra Nova Nature, onde residem 4,3 mil pessoas:

⁹ O *Sul21* retoma o assunto em reportagem publicada no dia 20 de julho de 2021 intitulada “Nazaré: a história da comunidade que foi removida para a periferia da periferia”, em <https://sul21.com.br/especiais/nazare-a-historia-da-comunidade-que-foi-removida-para-a-periferia-da-periferia/>.

É tanta gente vivendo no local que, entre os muros do Terra Nova, desenvolveu-se um verdadeiro sistema de comércio – oficial e extraoficial. Entre os serviços oferecidos pelo condomínio, além de piscina e quadra esportiva para crianças, está uma academia. Porém, diferente da maioria das salas de exercícios regulares, presentes em muitos outros edifícios, na academia do Terra Nova opera uma empresa contratada, por meio de licitação, que coloca à disposição *personal trainers* durante todo o período de funcionamento do espaço.

Informalmente, porém, há um sistema ainda maior e mais pujante. São prestadores de serviço que se oferecem para fazer reparos na rede elétrica ou pintura, doceiras, pessoas que consertam computadores, dão aulas de música, de reforço escolar. Nos sábados, salões de festas se transformam em verdadeiras feirinhas, com venda de roupas usadas, móveis que estão sendo deixados para trás por pessoas de mudança do condomínio, produtos artesanais e muitos outros. Todo esse comércio é alimentado por um grupo no Facebook, que conta com mais de 1,6 mil participantes. (GOMES, 14 ago. 2017)

A reportagem traz uma série de entrevistas para elucidar as consequências de uma cidade murada para dar a sensação de mais segurança, mas que se torna pobre de experiências urbanas, levando os moradores a buscarem os serviços do cotidiano dentro dos próprios condomínios.

Considerações finais

Os veículos *Floripa Centro* e o *Sul21*, autodeclarados alternativo e independente, cada um a seu modo, abordam a experiência urbana. O *Floripa Centro* reconstitui no texto, ainda que sem aprofundamento, lugares perdidos no alisamento do espaço, ressignificando objetos, situações e vivências. Mesmo que constituídos por fragmentos, os textos se destacam do conteúdo empobrecido das notícias da mídia tradicional de Santa Catarina. Já o *Sul21* aprofunda a interpretação sobre como se alisam os lugares para a valorização a serviço do mercado e mostra os sujeitos em luta no conflito entre apropriação e dominação, no caminho do jornalismo desalienador.

A experiência subjetiva da memória e a descoberta urbana, no *Floripa Centro*, são o resultado do fazer solitário de um jornalista. No *Sul21*, o trabalho em equipe, ainda que enxuta, possibilita um trabalho de interpretação das resistências coletivas – a tensão entre o concebido e o vivido no espaço urbano –, em que os sujeitos tentam se apropriar ou reapropriar dos lugares, transformando-os para novas vivências.

Os dois veículos mostram que, para além da independência econômica, política e/ou ideológica, há a independência do olhar do jornalista que se embrenha nas brechas do que o jornalismo hegemônico trata como resíduo e não digno de aparecer na pauta noticiosa. Neles

aparece o que o jornalismo hegemônico esconde, tergiversa, indiferencia, invisibiliza, torna indiferente ou simplesmente omite como estratégia editorial, economia de recursos ou falta de tempo no produtivismo que assola as redações, perdendo-se assim o rico potencial dos textos que dão vida à singularidade do cotidiano na vida urbana.

O *Floripa Centro* e o *Sul21*, cada um a seu modo, ressignificam espaços e vidas invisibilizadas na cidade-mercadoria. São duas luzes que mostram a potencialidade do jornalismo de fazer as pessoas se reconhecerem em um espaço que, na maioria das vezes, lhes é estranho, ainda que todo o dia o percorram em suas superfícies. É um jornalismo que, usando a expressão de Magnani, olha de “perto e de dentro” para de algum modo reencantar o mundo pela linguagem.

Referências

A HISTÓRIA do comércio da Capital contada pelos bancos da Praça XV – Conheça detalhes de cada estabelecimento. **Floripa Centro**. Florianópolis (SC), 15 mai. 2020. Disponível em: <https://floripacentro.com.br/a-historia-do-comercio-de-florianopolis-contada-pelos-bancos-da-praca-xv-conheca-detalhes-de-cada-estabelecimento/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

AGÊNCIA PÚBLICA. O mapa do jornalismo independente. **Agência Pública**. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em 21 nov. 2021.

APOIE o Floripa Centro – Portal inicia campanha de financiamento coletivo pelo Catarsee. **Floripa Centro**. Florianópolis (SC), 20 jul. 2021. Disponível em <https://floripacentro.com.br/apoie-o-floripa-centro-portal-inicia-campanha-de-financiamento-coletivo-pelo-catarsee/?fbclid=IwAR0mYw0bDTNbR0TYph38S1nwGYrOEqNrIizuQ8Jew4P208YsndaEEe8fyuc>. Acesso em: 21 nov. 2021.

CARVALHO, Guilherme; BRONOSKY, Marcelo. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 21-39, Jan/Jun 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/10007-36456-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

CULLETON, Billy. Personagens do Centro – Filho do “homem da cobra” está há três décadas vendendo chás nas ruas da cidade. **Floripa Centro**. Florianópolis (SC), 20 ago. 2019. Disponível em <https://floripacentro.com.br/personagens-do-centro-filho-do-homem-da-cobra-esta-ha-tres-decadas-vendendo-chas-nas-ruas-da-cidade/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

DEL VECCHIO DE LIMA, Myrian; DE PAULA, Everton Luiz Renaud; PIRES, Guilherme de Paula; Artur Oliari, LIRA. Possibilidades, limites e fragilidades de um nativo digital: o jornal Plural (Curitiba, PR). **Anais. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia (GO) – Novembro de 2019**. Disponível em <http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2019/paper/viewFile/2056/1015>. Acesso em: 21 nov. 2021.

EM FLORIANÓPOLIS – Primeira rua calçada de Santa Catarina completa 175 anos. **Floripa Centro**. Florianópolis (SC), 21 out. 2020. Disponível em <https://floripacentro.com.br/em-florianopolis-primeira-rua-calcada-de-santa-atarina-completa-175-anos-hoje/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

FLECK, Giovana. ‘Extirparam o câncer’: o olhar de quem não se vê no direito de pertencer à cidade. Especial Gentrificação. **Sul21**. Porto Alegre (RS). 14 ago. 2017. Disponível em: <https://especiais.sul21.com.br/gentrificacao/extirparam-o-cancer-o-olhar-de-quem-nao-tem-o-direito-de-pertencer-a-cidade/>. Acesso em 21 nov. 2021.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo, Porto Alegre: Tchê, 1989.

GOMES, Luis. ‘Deserto de Torres’: como se vive e o que acontece quando a cidade se fecha em muros. Especial Gentrificação. **Sul21**. Porto Alegre (RS). 14 ago. 2017. Disponível em: <https://especiais.sul21.com.br/gentrificacao/deserto-de-torres-como-se-vive-e-o-que-acontece-quando-a-cidade-se-fecha-em-muros/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Cátia Corrêa. **Jornalismo e luta de classes**: desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia. Tese apresentada à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

KIKUTI DANCOSKY, A.; MICK, J.; PAUL, D. M.; LUZ, S. C. C. da; COSTA RAMOS, A. N.; SOUSA, J. AT THE SERVICE OF THE COMMUNITY, CAUSE OR CAPITAL: alternative journalistic arrangements to the major media corporations in Santa Catarina. **Brazilian Journalism Research**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 336–375, 2021. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1382>. Acesso em: 21 nov. 2021.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: EdUSP, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **Posição**: contra os tecnocratas. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **El materialismo dialectico**. Buenos Aires: Editorial La Pleyade, 1971.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Espanha: Capitán Swing, 2013.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, junho/2002. p. 11-29. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1oGX0nj5IZKkFstajNviVvs-pAWTRHS1v/view>. Acesso em: 21 nov. 2021.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MARTINEZ, Gabriel A. P.; BONITO, Marco. Mapa Exploratório do Jornalismo Digital Independente no Brasil. **Intercom**. Anais [...] XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Porto Alegre (RS). 20 a 22/6/2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sul2019/resumos/R65-0700-1.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

MOM BRASIL. **Media Ownership Monitor Brasil**. 2017. Reporters Without Borders (RSF) & Intervozes. Disponível em <http://brazil.mom-rsf.org/fileadmin/rogmom/output/brazil.mom-rsf.org/brazil.mom-rsf.org-pt.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

PERUZZO, Cícilia Khroling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Galáxia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. n. 17, set. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/2108/1247>. Acesso em: 21 nov. 2021.

QUATRO e-books – Floripa Centro lança série “Histórias inéditas da Florianópolis antiga: 1800-1960”. **Floripa Centro**. Florianópolis (SC), 5 set. 2020. Disponível em

<https://floripacentro.com.br/confira-o-segundo-e-book-da-serie-historias-ineditas-da-florianopolis-antiga-1900-1920/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

QUEM somos. **Floripa Centro**. Florianópolis (SC). Disponível em <https://floripacentro.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

RELÍQUIAS – Salvem os últimos dois ‘orelhões’ da região central de Florianópolis. **Floripa Centro**. Florianópolis (SC), 12 out. 2021. Disponível em <https://floripacentro.com.br/reliquias-salvem-os-ultimos-dois-orelhoes-da-regiao-central-de-florianopolis/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 71 a 86.

SILVA, Mariana da Rosa. **Tensões entre o alternativo e o convencional: organização e financiamento nas novas experiências de jornalismo no Brasil**. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185627>. Acesso em: 21 nov. 2021.

SOBRE. **Sul 21**. Porto Alegre (RS). Disponível em <https://sul21.com.br/sobre/>. Acesso em 21 nov. 2021.

SUL21. Especial Gentrificação. **Sul21**. Porto Alegre (RS). 4 ago. 2017. Disponível em: https://especiais.sul21.com.br/?_ga=2.98355615.1866480721.1637501740-796926963.1637501740. Acesso em: 21 nov. 2021.

WEISSHEIMER, Marco. Dique e Nazaré: ‘A ideia é expulsar e esconder. Por que temos que morar na periferia da periferia?’. Especial Gentrificação. **Sul21**. Porto Alegre (RS). 14 ago. 2017. Disponível em: <https://especiais.sul21.com.br/gentrificacao/dique-e-nazare-a-ideia-e-expulsar-e-esconder-por-que-temos-que-morar-na-periferia-da-periferia/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

Recebido em 10 de fevereiro de 2022 | Aceito em 17 de fevereiro de 2022



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional